

O FMI manda outra missão

Segundo fontes do Fundo, é prova das difíceis negociações com o Brasil, principalmente sobre as contas de 84. A. M. Pimenta Neves, de Washington.

O FMI enviará nova missão ao Brasil neste fim de semana, ou, no máximo, na próxima segunda-feira, para acertar pormenores do programa de ajuste econômico deste ano e realizar uma avaliação preliminar dos planos do governo para 1984.

A missão será meramente técnica, revelou um porta-voz do FMI, o que quer dizer que irá principalmente atrás de números. "Não será uma missão política, com a responsabilidade de negociar com as autoridades brasileiras", informou.

Como se sabe, uma numerosa missão do Fundo Monetário, liderada por Eduardo Wiesner, chefe de seu Departamento do Hemisfério Ocidental, retornou do Brasil há apenas uma semana, depois de supostamente ter concluído seu trabalho. Desta vez, Wiesner e Horst Struckmeyer não irão ao Brasil. A nova missão será composta de Thomas Reichmann, chefe da Divisão do Brasil, Ana Maria Jul e talvez um representante do Departamento de Câmbio e Comércio. Mas o envio de outra missão ao Brasil cedo sublinha as dificuldades das negociações do FMI com o País.

A insatisfação

Quando o chefe da missão retornou a Washington, na semana passada, o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, convocou uma reunião informal da diretoria-executiva (Board) para ouvir seu relato. A reunião durou duas horas e o professor Alexandre Kafka, diretor-executivo do Brasil, que ainda estava em Brasília, não compareceu, tendo sido substituído por um assistente.

Fontes do FMI não quiseram comentar o que se disse, mas vários diretores-executivos questionaram os técnicos da missão. O que se sabe é que os próprios técnicos não estão satisfeitos ainda com o critério das autoridades para medir o déficit do setor público, embora tenham resolvido aceitá-lo, por enquanto. Mas o seu relatório oficial à diretoria-executiva descreverá os dois critérios e seus resultados. O que se teme é que alguns diretores-executivos, lendo as duas descrições, resolvam levantar objeções à fórmula brasileira.

O Fundo Monetário estaria ainda desanimado com o que julga ser falta de cooperação das autoridades brasileiras no que diz respeito aos números da economia para o ano que vem. O staff tinha prazo até 31 de agosto para enviar à diretoria-executiva a revisão do programa para 1984, com as metas preliminares que o Brasil teria de cumprir. Mas a missão que lá esteve poucas informações obteve nesse sentido.

Esta é uma das principais razões pelas quais o FMI está enviando os técnicos de volta ao Brasil, disse uma fonte. Na semana passada, De Larosière parece ter deixado claro, na sua conversa com o presidente do Banco Central do Brasil, Carlos Langoni, que a administração do FMI desejava enviar simultaneamente à diretoria-executiva toda a documentação referente aos entendimentos para este ano e para o próximo.

O que se espera

Como se sabe, o desembolso dos empréstimos do FMI só é realizado após a aprova-

ção formal pela diretoria-executiva dos relatórios favoráveis feitos pelos seus técnicos acerca do desempenho do governo na condução da economia. Se as metas não foram cumpridas, a diretoria-executiva precisa conceder um waiver (perdão) ao governo para que haja desembolso. É o que terá de acontecer no caso do Brasil, em que o governo se desviou das metas nos dois primeiros trimestres. Se tudo houvesse corrido bem, o Brasil poderia ter sacado a segunda parcela de 374 milhões de Direitos Especiais de Saque (menos de 400 milhões de dólares) a partir de 31 de maio, e a terceira parcela, do mesmo valor, estaria à sua disposição a partir de 31 de agosto.

No momento, Jacques de Larosière pretende esperar que o Congresso aprove a reforma salarial ou que o decreto-lei do governo nessa área passe por decurso de prazo. Isso significa que a documentação do novo entendimento com o Brasil talvez não chegue à diretoria-executiva antes de outubro. Se os bancos — que deveriam desembolsar as parcelas de seu próprio empréstimo-jumbo de 4,4 bilhões de dólares em função dos desembolsos do FMI — não ignorarem os termos do contrato com o Brasil, também atrasarão a liberação de seus recursos.

Isso só agravará a situação do País, que já tem acumulado atrasos de pagamento no montante de 1,4 bilhão de dólares. Langoni disse aos bancos do Comitê de Assessoramento, na semana passada, em Nova York, que dentro de um mês esses atrasos poderão chegar a 2,4 bilhões de dólares.

Desde a semana passada, correm fortes rumores nos círculos financeiros de que os exportadores de petróleo estão exigindo pagamento à vista da Petrobrás, diante da incapacidade da empresa de servir sua dívida em dia. Uma fonte disse que as dificuldades da Petrobrás resultam no fato de o governo a ter obrigado a contrair dívidas a curto prazo (bankers acceptances) em grande quantidade para resolver os problemas de liquidez do Banco Central.

O Banco Central causou um grande desserviço tanto ao Banco do Brasil quanto à Petrobrás, disse a fonte. Até hoje, depois das crises na câmara de compensação dos bancos em Nova York, o Banco do Brasil não conseguiu recuperar a confiança de alguns de seus grandes clientes. Mesmo organizações internacionais com sede em Washington, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, de que o Brasil é membro importante, não restabeleceram os níveis de seus depósitos no Banco do Brasil. O Banco Interamericano, a certa altura, reduziu seus depósitos praticamente a zero, disse uma fonte.

"Por trás desses problemas, há uma crise de confiança nas instituições e nas autoridades do País", disse um informante, repetindo uma frase que se torna comum. No próprio FMI, os técnicos sentiram-se ludibriados nas negociações do final do ano passado e a boa-vontade cedeu lugar à cautela. "Não é à toa que os técnicos desejam ver compromissos firmes em certas áreas, antes de recomendar a entrega do dinheiro ao Brasil", comentou um funcionário do FMI.

